

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1 Registro de preços para eventual locação de veículos** (sem motorista e sem combustível) visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

ITEM 1: Locação de veículo de passeio pelo período de 30 (trinta) dias;

ITEM 2: Locação de veículo 4 x 4 pelo período de 30 (trinta) dias.

1.1.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como:

- a) Comuns, pois são serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado; e
- b) Não continuados, visto que atenderão à necessidade transitória do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

- 1.2 Local da prestação dos serviços:** os serviços serão prestados nas Zonas Eleitorais do Paraná conforme pedido feito pelo Gestor contratual, sendo que a disponibilização dos veículos deverá ser feita pela Contratada em, no mínimo, 6 (seis) das cidades informadas na subcláusula 4.3 deste Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** A presente contratação tem como razão a necessidade de serviço de locação de veículos para dar o suporte necessário aos Cartórios Eleitorais durante o período eleitoral, para o cumprimento das atividades que dependem de meio de transporte, tais como locomoção de pessoas, transporte de materiais, equipamentos, cumprimento de mandados, vistoria dos locais de votação, testes de transmissão, entre outros.
- 2.2** O quantitativo a ser contratado foi definido conforme Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1 Do objeto da contratação:** Os veículos serão locados pelo período mínimo de 30 (trinta) dias. Períodos maiores que 30 (trinta) dias deverão ser faturados *pró-rata*.
- 3.2** Os carros poderão ser dirigidos por terceirizados, servidores e requisitados deste Tribunal.
- 3.3** Características dos veículos:
- 3.3.1** **ITEM 1 - Locação de veículos de passeio pelo período de 30 (trinta) dias:** sem motorista e sem combustível (vide subcláusula 4.6), franquia de 3.000 km/mês e seguro. Deverá ainda se adequar aos demais requisitos deste Termo de Referência e às seguintes características físicas e mecânicas:
- a) Quantitativo máximo previsto: 200 (duzentos) períodos de 30 (trinta) dias de locação, sendo uma **média prevista de 100 (cem) veículos locados por 2 (dois) períodos de 30 (trinta) dias.** Neste sentido, cabe ressaltar que o quantitativo a ser

registrado em ATA refere-se ao quantitativo total de períodos de locação de 30 (trinta) dias para todos os veículos locados. Assim, para uma solicitação de locação de 80 (oitenta) períodos de 30 (trinta) dias, por exemplo, poderiam ser solicitados 40 (quarenta) veículos por 2 (dois) períodos de 30 (trinta) dias ou 80 (oitenta) veículos por 1 (um) período de 30 (trinta) dias. Observar o quadro exemplificativo constante no item 3.3.3.

- b) Quantitativo inicial previsto: 100 (cem) períodos de 30 (trinta) dias de locação, sendo 50 (cinquenta) veículos por 2 (dois) períodos de 30 (trinta) dias.
- c) Veículo automotor de passageiros;
- d) 4 (quatro) portas mais a porta do bagageiro;
- e) Capacidade de pessoas: mínima para 5 (cinco) pessoas, incluindo o motorista;
- f) Capacidade do porta malas: mínimo de 280 litros;
- g) Potência: mínima de 1.0;
- h) Ar condicionado;
- i) Data do emplacamento: não superior a 3 anos;
- j) Combustível: preferencialmente de origem renovável (Lei nº 9.660/98);
- k) O veículo deverá possuir seguro que inclua proteção total nos casos de colisão, furto, roubo, incêndio ou perda total; e cobertura contra terceiros de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos corporais e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos materiais.

3.3.2 ITEM 2 - Locação de veículos tipo 4 x 4 pelo período de 30 (trinta) dias: sem motorista e sem combustível, quilometragem de 3000 km/mês. Deverá ainda se adequar às demais obrigações descritas neste Termo de Referência e às seguintes características físicas e mecânicas:

- a) Quantitativo máximo previsto: 200 (duzentos) períodos de 30 (trinta) dias de locação, sendo uma **média prevista de 100 (cem) veículos locados por 2 (dois) períodos de 30 (trinta) dias. Neste sentido, cabe ressaltar que o quantitativo a ser registrado em ATA refere-se ao quantitativo total de períodos de locação de 30 (trinta) dias para todos os veículos locados. Assim, para uma solicitação de locação de 80 (oitenta) períodos de 30 (trinta) dias, por exemplo, poderiam ser solicitados 40 (quarenta) veículos por 2 (dois) períodos de 30 (trinta) dias ou 80 (oitenta) veículos por 1 (um) período de 30 (trinta) dias. Observar o quadro exemplificativo constante no item 3.3.3.**
- b) Quantitativo inicial previsto: 100 (cem) períodos de 30 (trinta) dias de locação, sendo 50 (cinquenta) veículos por 2 (dois) períodos de 30 (trinta) dias.
- c) Veículo automotivo tipo caminhonete de passeio e utilitário para transporte de passageiros;
- d) Caso o veículo possua caçamba, a mesma deverá dispor de capota marítima
- e) Movidos a diesel, gasolina ou álcool;
- f) Com potência mínima a partir de 1.3;
- g) Tração 4x4;
- h) Capacidade de carga: mínimo de 500 litros.
- i) Ar condicionado;
- j) 4 (quatro) portas;
- k) Capacidade para transporte de 5 (cinco) passageiros;
- l) Vidros e travas elétricas;

- m) Freio ABS;
- n) Air bag;
- o) Data do emplacamento: não superior a 3 anos;
- p) Todos os acessórios e equipamentos exigidos por lei.
- q) O veículo deverá possuir seguro que inclua proteção total nos casos de colisão, furto, roubo, incêndio ou perda total; e cobertura contra terceiros de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos corporais e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para danos materiais.

3.3.3 Quadro exemplificativo:

Contratação 1				
Saldo da Ata	Número de veículos	Número de períodos de 30 dias de locação	Total de períodos de locação	Saldo restante da Ata
200 períodos de 30 dias	50	2	100	100 (200-100)

Contratação 2				
Saldo da Ata	Número de veículos	Número de períodos de 30 dias de locação	Total de períodos de locação	Saldo restante da Ata
100 períodos de 30 dias	10	1	10	90 (100 - 10)

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 Do prazo de entrega:** Os veículos deverão ser disponibilizados em **até 5 (cinco) dias úteis** a contar do pedido nos locais determinados na subcláusula 4.3. No dia da disponibilização do veículo, o mesmo poderá ser retirado a qualquer momento do horário de expediente da loja, sendo vedado à Contratada determinar/restringir horário para retirada do veículo.
- 4.2 Período estimado para o início e término da execução:** agosto/2024 até a primeira semana após o último turno de votação.
- 4.3 Do local de entrega:** Os veículos deverão ser disponibilizados pela Contratada em, **no mínimo, 6 (seis) das cidades abaixo descritas**, dependendo da necessidade do TRE-PR:
- a) Curitiba
 - b) Campo Mourão
 - c) Cascavel
 - d) Foz do Iguaçu

- e) Guarapuava
- f) Londrina
- g) Maringá
- h) Ponta Grossa
- i) Umuarama

- 4.4** Após a Contratada elencar as cidades de retirada dos veículos, caberá ao TRE-PR definir quantos veículos deverão ser retirados em cada local. Exemplo: Cascavel = 10 (dez) veículos, Curitiba = 5 (cinco) veículos, etc.
- 4.5 Das multas de trânsito:** A empresa Contratada deverá realizar o pagamento das multas de trânsito. Entretanto, o TRE-PR deverá indicar o motorista e ressarcir a Contratada, após o procedimento de defesa perante os órgãos responsáveis, caso necessário.
- 4.6 Do combustível:** O veículo deverá ser entregue ao Cartório Eleitoral com o tanque cheio e lavado. Da mesma forma, o Cartório Eleitoral irá devolver para a Contratada o veículo lavado e com o tanque cheio.
- 4.7 Da higienização do veículo:** Caso o veículo não seja devolvido lavado, ficam definidos os seguintes valores para ressarcimento à Contratada:
- a) R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os veículos de passeio e,
 - b) R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) para os veículos tipo 4x4.

4.7.1. Estima-se, para a higienização dos veículos, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o item 1 e de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para o item 2, para toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

5. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- 5.1** São de inteira responsabilidade da Contratada, todas as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos que forem necessárias, de forma a conservá-los seguros e eficientes, inclusive com troca de qualquer peça por desgaste natural, e outras, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade com o manual do veículo.
- 5.2** Quando houver quaisquer indisponibilidades, tais como revisões recomendadas pelo fabricante, execução dos serviços conforme item anterior, problemas mecânicos, incidentes, acidentes, etc., a Contratada deverá substituir o veículo locado ao TRE-PR, por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação da ocorrência, sem nenhum ônus adicional para o TRE-PR, pelo período que for necessário.
- 5.3** Caso a Contratada realize a manutenção do veículo e o mesmo volte a funcionar perfeitamente dentro de 24h (vinte e quatro horas) do momento em que foi detectado o problema, não será necessária a substituição do veículo.
- 5.4** A Contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento especializado, incluindo socorro com guincho para os casos de problemas mecânicos ou acidentes com os veículos locados.
- 5.5** Toda a responsabilidade por danos, furtos e roubos que ocorrerem ao veículo em locação será de inteira e única responsabilidade da locadora, salvo por imperícia ou imprudência do condutor, devidamente comprovado em Processo Administrativo.

- 5.6 Disponibilizar e manter atualizado serviço eletrônico (website - aplicativo), contato whatsapp e/ou contato telefônico.
- 5.7 Disponibilizar e manter atualizado linha telefônica exclusiva e contato whatsapp para que o gestor possa entrar em contato direto com o responsável da Contratada.
- 5.8 Disponibilizar e manter atualizado endereço eletrônico (e-mail) exclusivo para atendimento à presente contratação.
- 5.9 Manter efetivo de pessoal para a perfeita execução dos serviços constantes do objeto deste instrumento, sem interrupção, independentemente de qualquer motivo, como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.
- 5.10 Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 5.11 Informar ao gestor quaisquer alterações ou anormalidades observadas durante a execução do serviço.
- 5.12 Facilitar a ação dos fiscais e gestores dos contratos, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles.
- 5.13 Promover a constante verificação da conformidade dos serviços, além de supervisionar e controlar a documentação necessária à apresentação de faturamentos ao Gestor do Contrato.
- 5.14 Nos casos de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de modo geral, roubos, furtos ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos aos veículos locados, o TRE-PR se limitará a providenciar a elaboração do Boletim de Ocorrência. A remoção, despesa com guinchos e outras despesas relativas aos veículos sinistrados serão de inteira responsabilidade da empresa LOCADORA do veículo.
- 5.15 Os serviços serão prestados de acordo com as condições do presente Termo de Referência, aplicando-se, ainda, as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 5.16 Compete à Contratada guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e das informações geradas, reconhecendo serem estes de propriedade e de uso exclusivo da Justiça Eleitoral, sendo vedada qualquer prática de publicidade não autorizada.
- 5.17 A Contratada deverá entregar, em até 3 (três) dias contados da assinatura do Contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (Anexo V), nos termos do item 11.1.1 do edital.
- 5.18 Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- 5.19 A Contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1 **Da sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 6.1.1 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

6.1.2 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

6.2 Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.3 Participação de Pessoa Física: não será admitida a participação de pessoa física.

6.4 Participação de Consórcio: não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis após a formalização do pedido pelos Gestores.

7.1.1 Será realizada reunião inicial com a Contratada, presencialmente na Sede do TRE-PR, na Rua João Parolin, 224, Curitiba, Paraná, conforme agendamento prévio pelo Gestor do Contrato, onde serão apresentadas as instruções básicas para o início da prestação dos serviços, bem como fornecida a relação dos veículos a serem disponibilizados.

7.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

7.2.1 A título de informação, no contrato realizado em virtude das Eleições 2022, foram locados 55 veículos (53 veículos de passeio e 2 veículos 4x4) pelo período aproximado de dois meses, distribuídos em diversos municípios do Paraná, conforme **ANEXO II**. Estima-se que para as Eleições 2024, a contratação seja semelhante.

7.2.2 Período previsto para a prestação dos serviços: **13 de agosto a 11 de outubro de 2024 (60 dias corridos)**. Caso ocorra 2º Turno, poderá haver prorrogação pontual de alguns veículos **até o dia 31 de outubro de 2024 (80 dias corridos)**.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 Preposto: A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da assinatura do contrato, mediante termo constante no **ANEXO IV**, um preposto para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente sempre que for necessário, sem implicar em acréscimos nos preços dos contratos. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade bem como o contato telefônico (fixo e móvel) e endereço eletrônico, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.1.1 O TRE-PR poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.1.2 As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.3 O TRE-PR poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.4 Em caso de alteração do Preposto a empresa fica obrigada a informar o seu substituto por meio de apresentação de termo atualizado (Anexo IV).

8.2 Da designação de Gestor e Fiscal: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para tal fim ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.3 Das atribuições do fiscal: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.3.1 No ato do recebimento do veículo, o fiscal (ou o requisitado/auxiliar administrativo II designado pelo fiscal para retirar o veículo) deverá realizar vistoria, conforme itens constantes no Termo de Vistoria. Caso haja alguma desconformidade, recusar o recebimento do veículo e comunicar imediatamente aos Gestores para que os mesmos possam solicitar a substituição do veículo.

8.3.2 Atestar a prestação dos serviços executados durante o período através de sistema próprio, fazendo *upload* dos documentos que forem solicitados pelos Gestores (Relatório de Quilometragem, Documentação do veículo, entre outros).

8.3.3 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.3.4 O Fiscal do contrato informará ao Gestor do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.4 Gestor do Contrato:

8.4.1 O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.4.2 O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.4.3 O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas,

informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

- 8.4.4** Durante a execução do objeto, o gestor do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 8.4.5** A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelos gestores, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 8.4.6** O Gestor do contrato realizará avaliação através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ANEXO III** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 8.4.7** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 8.4.8** É vedada a atribuição à Contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 8.4.9** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de 30 (trinta) dias corridos, o Gestor deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser inserido no PAD de Fiscalização do Contrato.
- 8.4.10** O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 8.4.11** O Gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 8.4.12** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 8.4.13** As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4.14** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- 9.1 Da emissão do Instrumento de Medição de Resultado - IMR (ANEXO III):** Terminado o período de 30 (trinta) dias corridos da disponibilização dos veículos, o Gestor apresentará à Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis deste período, o resultado do IMR, que indicará a nota mensal de avaliação para cada indicador e respectivo desconto.
- 9.1.1** As ocorrências registradas nos primeiros 10 (dez) dias após o início da vigência contratual e que não causarem prejuízos às atividades relacionadas ao processo eleitoral poderão ser objeto apenas de notificação.
- 9.2 Do recebimento provisório:** os serviços serão recebidos provisoriamente pelo Gestor no prazo de 3 (três) dias úteis após realizadas as anotações do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 9.2.1** A Contratada somente poderá emitir a fatura após o recebimento provisório dos serviços.
- 9.3 Do recebimento definitivo:** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da fatura, acompanhada de relatório detalhado, em que conste a descrição individual do período de locação e valores de cada zona eleitoral, pelo Gestor do Contrato, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 9.4 Pagamento**
- 9.4.1 Forma de pagamento:** o pagamento será processado a cada trinta dias corridos (exceto no caso de eventual prorrogação contratual por período inferior a trinta dias; nesse caso o pagamento será processado após o término da prorrogação).
- 9.4.2 A Contratada deverá encaminhar a fatura para o e-mail:** cgle@tre-pr.jus.br.

10. DAS PROTEÇÃO DE DADOS

- 10.1. A presente contratação **envolve** compartilhamento de dados pessoais.
- 10.2. A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais.
- 10.3. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, na Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), na Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral), no que couber, bem como observar as normas e diretrizes relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, em especial a ISO 27.001 e ISO 27.701, assim como a todos os normativos

internos da CONTRATANTE relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais.

- 10.4. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e colaboradores que atuarão na prestação dos serviços objeto Termo de Referência, acerca das obrigações e condições acordadas e dos atos normativos referidos na cláusula anterior.
- 10.5. A CONTRATADA deverá informar, na assinatura do contrato, os dados referentes ao seu encarregado de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – artigo 41), como nome, endereço eletrônico e telefones de contato.
- 10.6. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE sempre que necessário para a formalização de demandas ou o esclarecimento de dúvidas.
- 10.7. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD).
- 10.8. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
 - 10.8.1. Na hipótese de se verificar que o cumprimento deste contrato dependa da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais, a CONTRATADA se compromete a informar ao CONTRATANTE, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática.
 - 10.8.2. Sem prejuízo do disposto acima, caso o CONTRATANTE autorize a subcontratação de determinados serviços a favor de terceiros que impliquem no fornecimento de dados pessoais referidos nesta cláusula, a CONTRATADA se compromete a celebrar, antes da subcontratação, um acordo de confidencialidade dos dados com a subcontratada, bem como a estender contratualmente a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste contrato.
- 10.9. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 10.10. Todos os colaboradores da CONTRATADA que vierem a ter acesso à rede de computadores do CONTRATANTE, a sistemas da Justiça Eleitoral ou a documentos físicos que contenham dados pessoais para a execução de suas atividades deverão assinar um Termo de Sigilo e Responsabilidade, o qual deverá ser entregue ao fiscal do contrato antes do início da prestação de serviço de cada colaborador.

- 10.11. A CONTRATADA se compromete a isentar o CONTRATANTE de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das suas obrigações no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas neste Contrato e na Lei nº 13.709/2018.
- 10.12. De acordo Com o art. 42 da LGPD, as partes responderão solidariamente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância ao que a Lei estabelece, e aquele que reparar o dano ao titular terá o direito de regresso contra os demais responsáveis.
- 10.13. O CONTRATANTE tem direito ao acesso às informações sobre o tratamento de seus dados, que serão disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, mediante solicitação.
- 10.14. Em caso de exposição/vazamento de dados ou qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais as partes deverão adotar os seguintes procedimentos.
- 10.14.1. Na hipótese de verificação por parte do CONTRATANTE, este obriga-se a comunicar o fato imediatamente à CONTRATADA, para que tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias.
- 10.14.2. Na hipótese de verificação por parte da CONTRATADA, esta obriga-se a cientificar o CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a adotar as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias.
- 10.14.3. Em ambos os casos, a CONTRATADA deverá comunicar documentadamente ao CONTRATANTE as providências adotadas, a extensão dos eventuais danos e todas as informações relevantes sobre o incidente.
- 10.15. Uma vez terminado este contrato, a CONTRATADA obriga-se, expressamente, a excluir todo e qualquer dado pessoal tratado para a finalidade de sua execução, inclusive backups e arquivos externos, isentando o CONTRATANTE de responsabilidade por qualquer dano e prejuízo, direto ou indireto, advindos de tratamento de dados pessoais perpetrados após o término.
- 10.15.1. Caso exista legislação específica que preveja o armazenamento dos dados em tempo superior ao deste contrato, a contratada deve cientificar a contratante antes de fazer qualquer exclusão, mantendo os dados armazenados pelo período legal requerido.
- 10.16. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Coordenadoria de Gestão e Logística das Eleições, por meio do telefone (041) 3330-8580 ou pelo e-mail cgle@tre-pr.jus.br.
- 11.2. As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de contratar o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO contratar nenhum item.